

# DESENVOLVIMENTO E CULTURA. DESENVOLVIMENTO DA CULTURA. CULTURA DO DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

Ignacy Sachs\*

Só existem duas coisas : a cultura e a natureza. E a própria natureza só existe por causa da linguagem. Tudo está na linguagem. Até Deus. Como digo : Deus é uma criação do homem. É o criador, criado pelo homem. Porque ele é eu – dizer – o – seu- nome. Se não digo, ele não é nada. Para mim não tem outra coisa. É tudo cultura.

Gilberto Gil (Almanaque Brasil, junho de 2004)

O economista não é apenas aquele que sabe de economia. É aquele que pode sair do pensamento econômico, aquele que se liberta da sua própria formação para a ela melhor regressar.

Mia Couto (Espaço África, setembro-novembro 2003)

O desenvolvimento e a cultura são dois mega-conceitos situados na intersecção de várias disciplinas, que conquistaram um lugar central nas ciências sociais do século XX pelo seu caráter holístico e pluridimensional. Tudo indica que permanecerão nesta posição no século que se inicia, embora o conceito de desenvolvimento seja hoje contestado, mais no seu aspecto ideológico do que no seu aspecto analítico. A cultura constitui, sem dúvida alguma, o construto fundamental da antropologia, enquanto as relações do desenvolvimento com a economia são mais frágeis; para os adeptos das teorias econômicas ahistóricas e atópicas baseadas no fundamentalismo do mercado, o desenvolvimento é um conceito simplesmente redundante.

Este trabalho procura examinar as relações entre o desenvolvimento e a cultura, e as oportunidades que se abrem para políticas públicas ao passar dos conceitos à ação. Começaremos por descrever, brevemente, a evolução da idéia do desenvolvimento nos últimos 60 anos, passando depois à análise dos vários sentidos da cultura, um termo por excelência polissêmico<sup>2</sup>.

## DESENVOLVIMENTO: UMA IDÉIA-FORÇA

Costuma-se considerar o artigo de Paul Rosenstein-Rodan sobre a industrialização da Europa Oriental e Meridional, publicado em 1943<sup>3</sup>, como o texto fundador da moderna teoria do desenvolvimento, cujas origens mais remotas se referem à idéia iluminista do progresso. Na época, o autor coordenava um grupo de trabalho do Royal Institute of International Affairs de Londres encarregado de preparar planos de reconstrução dos países ocupados pela Alemanha nazista. O grupo congregava numerosos refugiados da Polónia, Hungria, países balcânicos e centro-europeus.

\* Prof. Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris

<sup>1</sup> Estudo preparado para o escritório do PNUD no Brasil. Agradeço a colaboração de Ana Letícia Fialho.

<sup>2</sup> A elaboração do conceito da cultura, tal como o conhecemos hoje, precedeu o do desenvolvimento. O trabalho essencial aconteceu na primeira metade do século XX, enquanto a elaboração do conceito moderno de desenvolvimento só começou durante a Segunda Guerra Mundial na Grã-Bretanha, quando os refugiados dos países europeus foram convidados a formular planos de reconstrução para o pós-guerra. Pensamos, no entanto, que a ordem lógica conduz a discutir primeiro a evolução da idéia do desenvolvimento e depois a da cultura.

<sup>3</sup> Rosenstein-Rodan, P. "Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe", *Economic Journal*, 1943.

Ao refletir como superar as terríveis destruições causadas pela Segunda Guerra Mundial, eles não podiam abstrair os graves problemas estruturais com os quais se debatiam, entre as duas guerras mundiais, os países da periferia européia do mundo capitalista de então: estruturas agrárias anacrônicas, população rural fortemente subempregada e vivendo em grande pobreza, relações de troca (na época chamadas de tesouras de preços) desfavoráveis entre produtos agrícolas e industriais, industrialização incipiente, dificilmente lograda graças à intervenção estatal e às políticas protecionistas, assim mesmo alto desemprego urbano, relações difíceis com os investidores privados estrangeiros e inserção dependente na economia internacional duramente atingida pela crise de 1929. A problemática com que eles trabalhavam é a mesma com que se defrontam ainda hoje os países periféricos.

Os acordos de Ialta tornaram caducos os planos ocidentais para a reconstrução daquela parte da Europa que passaria a integrar o mundo soviético, porém as reflexões ameadas, os avanços analíticos e teóricos logrados foram aproveitados no debate sobre a superação do subdesenvolvimento na Ásia, América Latina e África, iniciado pelas Nações Unidas logo após a guerra. Tanto mais, que vários protagonistas do grupo de trabalho mencionado acima passaram a trabalhar na Secretaria da ONU e demais organizações internacionais, como funcionários ou consultores.

É só assim que se explica o avanço extremamente rápido da teoria do desenvolvimento no período 1950-1956, com uma safra de livros e artigos importantes, que, ao nosso ver, merecem maior atenção ainda hoje<sup>4</sup>. A estes escritos de autores, predominantemente europeus, vieram se acrescentar rapidamente os trabalhos de pesquisadores indianos e latino-americanos, estes últimos inspirados pelo trabalho pioneiro da CEPAL.

O surgimento da teoria do desenvolvimento coincidiu, assim, com uma transformação radical da geopolítica mundial ocorrida entre 1940 e 1960. Como observou Geoffrey Barraclough (1964), entre 1940 e 1960 nada menos do que 40 países com uma população de 800 milhões – mais de um quarto dos habitantes do mundo – revoltaram-se contra o colonialismo e obtiveram a sua independência : « Jamais em toda a história da humanidade ocorrera uma inversão tão revolucionária a uma tal velocidade »<sup>5</sup>.

Este período foi, ao mesmo tempo, profundamente marcado pela competição dos dois sistemas antagônicos em liça que se empenhavam em conquistar a preferência do « terceiro mundo », expressão forjada em 1955 por autores franceses<sup>6</sup>. Em que pesem, no entanto, as fundamentais diferenças políticas que separavam o bloco soviético e o mundo ocidental, ambos os lados faziam um diagnóstico bastante coincidente em relação aos desafios com que se defrontavam os países periféricos: a necessidade de queimar etapas no processo de modernização, o que exigia, antes de mais

<sup>4</sup> A título de exemplo mencionarei livros tão fundamentais como Nurkse, R. (1953), *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Economies*, Basil Blackwell, Oxford; Boeke, J.H. (1953), *Economics and Economic Policy of Dual Societies as Exemplified by Indonesia*, Institute of Pacific Relations, New York; Mandellbaum, K. (1955), *The Industrialization of Backward Areas*, Basil Blackwell, Oxford; Lewis, W. A. (1956), *The Theory of Economic Growth*, Allen and Unwin Limited., London; Myrdal, G. (1956), *An International Economy. Problems and Prospects*, Harper and Brothers, New York. Pode-se incluir, ainda, outros autores que se tornaram ilustres com contribuições importantes à teoria do desenvolvimento: N. Kaldor, T. Balogh, T. Scitowsky, K. Polanyi (todos de origem húngara), os poloneses M. Kalecki e O. Lange, os britânicos J. Robinson e M. Dobb, os franceses G. Balandier, A. Sauvy e F. Perroux, os norte-americanos S. Kuznets, B. Hoselitz, H. Leibenstein, W. W. Rostoff, os indianos A. K. das Gupta, V. K.R.V. Rao, K.N. Raj, os latino-americanos R; Prebish, C. Furtado, H. Flores de la Peña, e ainda T. Haavelmo, J. Timbergen, ambos futuros prêmios Nobel, H. W. Singer; E. H. Jacoby. Em 1955 foi publicado o importante estudo comparativo de Kuzneti, S., Moore, W. E, Spengler, J. E., intitulado *Economic Growth: Brazil, India, Japan*, Duke University Press, Durham. Uma boa parte destes autores figura na antologia sobre problemas do crescimento econômico de países subdesenvolvidos, que organizei em 1956 junto com J. Zdanowicz e que foi publicada em polonês em 1958. (*Problemy wzrostu ekonomicz nego krajow slabo rozwinietych*, PWE, Varsóvia, 671 páginas).

<sup>5</sup> Citado a partir da tradução brasileira (*Introdução à história contemporânea*, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 5a Edição, 1987, p. 147).

<sup>6</sup> Balandier, G., (*sous la direction de*), 1956, *Le tiers monde – sous-développement et développement*, INED, Paris.

nada, uma forte aceleração do ritmo de crescimento econômico, puxado pela industrialização e ajudado por reformas agrárias<sup>7</sup>. O princípio de proteção às indústrias nascentes fazia parte do consenso, da mesma maneira que o planejamento.

É que, com as memórias ainda vivas da grande depressão e das terríveis sequelas da guerra e a preocupação de contrapor um modelo eficiente ao modelo soviético<sup>8</sup>, o capitalismo reformado do Pós-guerra colocava o pleno emprego como objetivo central do crescimento econômico, dando uma grande ênfase à previdência social (o Welfare State), e adotava o planejamento como o método de condução do processo de desenvolvimento. Quando, ainda em plena guerra, Von Hayek escreveu a sua diátribe contra o planejamento<sup>9</sup> ele estava isolado numa posição de dissidência. A necessidade de planejar era reconhecida por todos. O próprio governo norte-americano chegou a exigir, no começo da década de 60, dos países participantes da Aliança para o Progresso, que preparassem planos de desenvolvimento.

Os dois lados acenavam aos países periféricos com uma promessa otimista. Ao seguirem o receituário proposto, conseguiriam reduzir em poucas décadas a distância que os separava dos países mais desenvolvidos. O bloco soviético reclamava a experiência da URSS para apregoar a superioridade do socialismo como o único sistema capaz de acelerar a história e superar o sudesenvolvimento, no espaço de uma geração, pela gestão coletiva das forças de produção. O capitalismo reformado atribuía as mesmas virtudes a uma economia mista e dirigida, com preponderância de mercado devidamente regulado, destacando o papel dos empresários schumpeterianos.

No plano epistemológico, os receituários propostos por ambos os lados padeciam do economicismo, ou seja, sobreestimavam o papel do crescimento econômico no processo de desenvolvimento - não que este possa ocorrer sem crescimento econômico, sua condição necessária porém não suficiente. Outrossim, ambos compartilhavam a fé nas virtudes do mimetismo, convidando os países periféricos a trilhar trajetórias percorridas pelos países já industrializados e, no caso do bloco soviético, em vias de industrialização acelerada. O conceito de desenvolvimento endógeno estava ainda por ser inventado.

As referências aos aspectos não econômicos do desenvolvimento eram, em grande parte, retóricas, embora vários autores tenham insistido sobre a relevância das instituições. Coube a Myrdal a observação de que a distinção entre fatores econômicos e não econômicos era, afinal de contas, irrelevante. Era melhor distinguir os fatores relevantes e não relevantes.

Nas décadas subsequentes, a idéia do desenvolvimento evoluiu no sentido da complexificação crescente, transformando-se num conceito pluridimensional, mediante acréscimo à dimensão econômica as dimensões social, política, cultural e ambiental.

O reconhecimento da dimensão ambiental, ocorrido no começo da década de 70<sup>10</sup>, constituiu um marco importante. As Nações Unidas passaram a trabalhar com o conceito de eco-desenvolvimento, mais tarde rebatizado como desenvolvimento sustentável, baseado no tripé de objetivos sociais, condicionalidade ambiental e viabili-

<sup>7</sup> *Convém lembrar que as forças de ocupação norte-americanas no Japão derrotado impuseram àquele país uma reforma agrária, que aconteceu também em Taiwan e na Coreia do Sul. Havia consenso sobre a necessidade de superar as anacrônicas estruturas de propriedade e relações de produção no campo. As divergências entre os dois blocos giravam ao redor do grau de radicalismo das reformas e da questão se, e como, os latifundiários deveriam ser indenizados.*

<sup>8</sup> *Outra vez, é preciso entender o contexto histórico no qual estávamos no imediato pós-guerra: aos olhos de uma grande parte da opinião pública mundial, o modelo soviético estava dando provas de eficiência econômica e social, ao passo que o capitalismo carregava a pecha da grande crise e das suas consequências políticas. Como escreveu E. H. Carr (*The Soviet Impact in the Western World*, Londres, 1946, p. 44): "Se todos somos agora planejadores, isso é em grande parte o resultado, consciente ou inconsciente, do impacto da prática e da realização soviéticas.", citado por Barraclough, op. cit., p. 209.*

<sup>9</sup> *The Road to Serfdom*, Londres, 1944.

<sup>10</sup> *A primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente reuniu-se em Estocolmo em junho de 1972, tendo sido precedida por um importante seminário sobre o meio-ambiente e o desenvolvimento realizado em junho de 1971 em Founex, na Suíça. Ver sobre a história do conceito de desenvolvimento sustentável Zaccai, E. (2002), *Le développement durable, dynamiques et constitution d'un projet*, Presses Interuniversitaires Européennes, Bruxelas.*

dade econômica. Desta maneira, foi reintroduzido no debate sobre o crescimento econômico o seu substrato material do qual as ciências sociais se abstraíam. As noções de tempo e de espaço sofreram também uma profunda modificação. Passamos a trabalhar com escalas de tempo e de espaço múltiplas.

Com a importância dada aos impactos sociais e ambientais do crescimento econômico, tornou-se claro que o desenvolvimento era um conceito muito mais abrangente do que o crescimento econômico. Na realidade, este podia sustentar tanto o desenvolvimento autêntico, caracterizado por situações triplamente positivas nos planos social, ambiental e econômico, quanto diferentes modalidades de « mau-desenvolvimento » (*maldéveloppement*), no qual o crescimento econômico, mesmo forte, se traduzia em impactos sociais e/ou ambientais negativos.

Nos assim chamados trinta anos gloriosos 1945-1975, os países ocidentais conheceram o crescimento econômico razoável e quase pleno emprego, porém os impactos ambientais foram catastróficos. A « revolução ambiental » surgiu como consequência desta situação. Da mesma maneira, podemos imaginar um crescimento econômico ambientalmente benéfico porém acompanhado de alto desemprego e fenômenos de exclusão social. O crescimento, mesmo forte, pode ser socialmente perverso, alguns falam de « crescimento empobrecedor » (*immiserising growth*), como aconteceu nos anos do « milagre brasileiro ». Justifica-se, assim, a introdução, ao lado do conceito de desenvolvimento triplamente vencedor, do conceito de « mau desenvolvimento » ou, ainda, adaptando uma idéia de Clifford Geertz, de « involução »<sup>11</sup>.

Portanto, para caracterizar e avaliar o desenvolvimento, torna-se necessário usar uma bateria de indicadores além da taxa do crescimento do PIB. Não é legítimo falar em desenvolvimento se, concomitantemente com o crescimento econômico, ocorrem deteriorações com respeito ao emprego, à pobreza e às desigualdades sociais<sup>12</sup>. Da mesma maneira um crescimento baseado na apropriação predatória dos recursos naturais e caracterizado por altos níveis de emissão poluente não se enquadra no conceito de desenvolvimento<sup>13</sup>.

A « revolução ambiental » e a sua internalização no debate socio-econômico abriu uma caixa de Pandora de questões que passaram a integrar a temática do desenvolvimento, a começar pela redefinição dos seus objetivos. O qualitativo foi reabilitado, introduzindo conceitos como o duplo compromisso ético de solidariedade sincrônica com a geração presente e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, estilos de desenvolvimento e qualidade de vida.

As metas quantitativas do crescimento econômico e do consumo material deixaram de ser consideradas como um objetivo em si, passando a ser tratadas como um meio evidentemente necessário, porém insuficiente para promover o desenvolvimento encarado como o processo de criação de uma civilização do ser na partilha equitativa do ter, na formulação lapidar de J. Lebreton.

O objetivo central passa a ser a satisfação das necessidades humanas fundamentais, que não devem, no entanto, ser identificadas por estudos tecnocráticos e sim autodefinidas pelas sociedades humanas, num processo democrático, a partir de uma análise das potencialidades do seu meio e dos seus anseios. O desenvolvimento não resulta da transposição mimética de experiências alheias e, sim, de um esforço endógeno baseado na auto-confiança (*self-reliance*<sup>14</sup>).

<sup>11</sup> Em inglês podemos falar de "growth with dedevelopment".

<sup>12</sup> O Instituto Mundial de Pesquisas sobre a Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (Wider/UNU) acaba de lançar três importantes estudos sobre as desigualdades que as políticas de liberalização doméstica e de abertura unilateral e excessiva, preconizadas pelo Consenso de Washington, tanto agravaram: *Inequality: Growth and Poverty in an era of Globalization and Liberalization* (Edited by Giovanni Andre Cornia); *Growth, Inequality and Poverty: Prospects for Pro-Poor Economic Development* (Edited by Anthony Shorrocks and Rolph van der Hoeven) e *Perspectives on Growth and Poverty* (Edited by Rolph van der Hoeven e Anthony Shorrocks).

<sup>13</sup> A escolha dos indicadores de impactos ambientais do crescimento econômico sobre os sistemas vitais do planeta (clima, solo, água etc.) é mais complexa do que no caso de indicadores sociais, e é objeto de uma extensa literatura que não será discutida neste trabalho.

<sup>14</sup> A palavra "self-reliance" se traduz dificilmente para as línguas latinas. O termo "autoconfiança", proposto por Fernando Henrique Cardoso não abarca todas as dimensões deste conceito, que remete à autonomia do processo decisório e insiste sobre a virtude de contar sobre as suas próprias forças, o que não deve ser confundido com autarquia.

Por ocasião da sétima sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, convocada em 1975 para discutir a Nova Ordem Econômica Internacional, a fundação sueca Dag Hammarskjöld publicou um relatório sobre o desenvolvimento e a cooperação internacional intitulado « Que fazer », um verdadeiro manifesto em favor do desenvolvimento alternativo, baseado em cinco pilares<sup>15</sup>. O desenvolvimento, como já dissemos, devia ser **endógeno** por oposição ao mimético, **auto-confiante** e autônomo no processo decisório por oposição ao dependente, operando a partir da **lógica das necessidades** e não do mercado (da demanda efetiva), refletindo diretamente sobre valores de uso sem passar pelos valores de troca, proceder **em harmonia com a natureza** e estar aberto ao **câmbio institucional**. Um dos postulados centrais do relatório era o estreitamento das relações entre os países do terceiro mundo com vistas a uma « self-reliance » coletiva, que passava inclusive pela criação de um « sindicato » dos países pobres e de uma OCDE do Sul.

Trinta anos mais tarde o relatório-manifesto não perdeu a sua atualidade (o que não significa que não necessite de um *aggiornamento*)<sup>16</sup>, a julgar pelo fato que as conclusões do relatório da ONG ATTAC, publicado em 2004, discutindo o futuro do desenvolvimento<sup>17</sup>, se assemelham em muitos pontos com os postulados do « Que fazer ».

A Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento<sup>18</sup> (FIPAD) surgiu como um desdobramento do « Que fazer ». As atividades desenvolvidas por essa Fundação e seus dossiês, que chegaram a circular em mais de 20 mil exemplares, funcionaram sem dúvida como o mais importante fórum para aprofundar e ampliar a reflexão sobre alternativas de desenvolvimento iniciada por « Que fazer ». A sua contribuição mais significativa foi a reflexão sobre a emergência da sociedade civil organizada como o terceiro sistema do poder. A FIPAD se empenhou, a partir de 1978, num grande projeto sobre a participação do « Terceiro sistema » na elaboração e implementação de uma estratégia de desenvolvimento das Nações Unidas para a década de 80 e além, cujas principais conclusões foram resumidas num artigo seminal de Marc Nerfin intitulado « Nem príncipe nem mercador: o cidadão – Uma introdução ao terceiro sistema<sup>19</sup> ».

Sem dúvida, a reflexão desenvolvida pela FIPAD trilhou o caminho para a redefinição, nos anos 90, do conceito de desenvolvimento como efetivação e universalização do conjunto dos direitos humanos, das assim chamadas três gerações de direitos – direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais; direitos coletivos como o direito ao meio- ambiente, à infância etc<sup>20</sup>.

Este breve sobrevôo da evolução do conceito de desenvolvimento mostra como ele se complexificou e enriqueceu neste meio século. Uma das consequências deste processo foi o alongamento da litania de adjetivos agregados ao substantivo. Daí a tendência de cortá-los e falar do desenvolvimento como conceito pluridimensional ou ainda de « desenvolvimento integral<sup>21</sup> ». Porém o mérito dos adjetivos, quando usados

<sup>15</sup> O relatório foi publicado em várias línguas, como número especial da revista *Development Dialogue*. O diretor do projeto foi Marc Nerfin e os conselheiros principais Ahmed Ben Salah, Juan Somavia e o autor deste trabalho.

<sup>16</sup> Por exemplo, trabalhos recentes sobre a gestão de bacias hídricas mostraram que é possível desenhar sistemas mistos que se pautam em parte pela lógica das necessidades e em parte pela lógica de mercado. Pesquisadores indianos propuseram que os volumes de água necessários à manutenção da boa saúde do ecossistema e à satisfação das necessidades em água potável para as populações ribeirinhas fossem administrados fora da economia de mercado (comunicação pessoal de Shekhar Singh).

<sup>17</sup> ATTAC (2004), *Le développement a-t-il un avenir? Pour une société économe et solidaire*, Coordination et redaction de Jean-Marie Harribey, Mille et une nuits, Paris.

<sup>18</sup> Marc Nerfin, diretor do projeto da Fundação Dag Hammarskjöld, assumiu a presidência da nova Fundação. Fernando Henrique Cardoso participou ativamente dos trabalhos da Fundação e foi, a um certo momento, o seu "co-chairman".

<sup>19</sup> IFDA Dossier 56, Novembro-Dezembro, 1986.

<sup>20</sup> Ver Sachs, I. (1998), "Desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos, in *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 12, Nº 33, pp. 149-156.

<sup>21</sup> Em francês « tout-développement », uma maneira de reatar com uma belíssima definição do desenvolvimento proposta por Jacques Maritain e citada por Rubens Ricúpero na sua conferência Raul Prebisch, pronunciada na Unctad no dia 14 de setembro de 2004 : « a promoção de todos os homens e do homem todo » (*tous les hommes et tout l'homme*).

seletivamente, é de apontar as dimensões julgadas mais pertinentes no momento. Ao aceitar-se esta última regra do jogo, podemos considerar que, no termo de meio século de transformações, convém acompanhar o conceito de desenvolvimento dos três epítetos seguintes: (socialmente) **includente**, (ambientalmente) **sustentável**, (economicamente) **sustentado**<sup>22</sup>.

Em outras palavras, o desenvolvimento deve ser abordado não apenas pelo prisma do crescimento do PIB, mas, também, pela ótica de geração em números suficientes de oportunidades de trabalho decente, na terminologia da OIT (ou seja, razoavelmente remunerado e com relações e condições de trabalho dignas), já que o trabalho decente constitui a principal ponte entre o econômico e o social. A condicionalidade ecológica deve ser explicitada e respeitada se queremos legar às gerações futuras um planeta habitável. Ao duplo postulado ético de solidariedade sincrônica com as gerações presentes e diacrônica com as gerações futuras, devemos, por fim, acrescentar o postulado de viabilidade econômica e de crescimento regular da economia para evitar as variações bruscas de conjuntura (*stop and go*). É óbvio que o crescimento material não poderá ser continuado indefinidamente por causa da finitude do nosso planeta. Mas enquanto persistirem as abismais diferenças sociais entre países e dentro dos países e estivermos ainda longe da repartição equitativa do ter, o crescimento ecologicamente prudente deve ser continuado. Até quando? Isto dependerá da nossa capacidade de conseguir a homogeneização relativa das condições de vida das populações do planeta, mediante uma redução drástica das desigualdades sociais<sup>23</sup>.

Assim construído, o conceito de **desenvolvimento/mau-desenvolvimento**, configura o campo das situações concretas intermediárias que combinam elementos de desenvolvimento e de mau-desenvolvimento em proporções variáveis<sup>24</sup> e permite que se façam juízos de valor a respeito de trajetórias históricas.

Da mesma maneira, a partir deste marco conceitual, é possível construir projetos voltados para o futuro, sempre usando o desenvolvimento como norma e o mau-desenvolvimento como o desempenho a evitar.

## DOS CONCEITOS À REALIDADE: OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO DESENVOLVIMENTISMO

Transformado em ideologia, o conceito de desenvolvimento deu origem às doutrinas de desenvolvimentismo, que tiveram sua época de glória seguida de desencantamento. Este, em parte, pode ser imputado às práticas de voluntarismo excessivo e às promessas não cumpridas de um estadismo que, em vários países, degenerou em fenômenos de privatização do Estado, embora as críticas formuladas ao desenvolvimentismo pelos seus detratores, adeptos do fundamentalismo do mercado, sejam exageradas<sup>25</sup>. Este não é o lugar de proceder a uma análise minuciosa dos avanços e retrocessos dos diferentes matizes do desenvolvimentismo nos últimos 50 anos. Esta análise deve ser feita por historiadores do desenvolvimento, numa perspectiva comparativa.

Antecipando sobre os resultados desta análise, nos limitaremos a registrar aqui o fracasso ou, pelo menos, o insucesso dos principais paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento que foram aplicados neste período.

O « socialismo real » (ou seja, o paradigma posto em prática nos países do bloco soviético) entrou em agonia em 1968, quando, ao invadirem a

<sup>22</sup> Ver Sachs, I. (2004) *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, no prelo.

<sup>23</sup> O modelo latino-americano construído pelo grupo de Bariloche em resposta ao relatório do Clube de Roma *Limits to Growth* argumentou, com razão, que o volume do PIB mundial necessário para satisfazer as necessidades básicas de todos os habitantes do planeta dependeria do grau de audácia das políticas destinadas a reduzir as desigualdades sociais.

<sup>24</sup> O pior dos mundos é representado por situações de crescimento negativo do PIB combinado com impactos sociais e ambientais também negativos, ou seja, pela ausência de desenvolvimento ou a sua regressão franca.

<sup>25</sup> O debate recente no Brasil sobre o legado de Getúlio Vargas foi sob este ponto de vista emblemático.

Tchecoslováquia, os tanques soviéticos puseram um termo à última tentativa de construir um regime socialista « com rosto humano », e morreu com a queda do muro de Berlim. Há quem acredite, ainda, no potencial de « socialismo de mercado» na sua versão chinesa, que, no entanto, mais e mais se assemelha a um «capitalismo vermelho<sup>26</sup> ».

O capitalismo reformado, que tanto prosperou no mundo ocidental durante os «trinta anos gloriosos» também chamados de « idade de ouro do capitalismo » (1945-1975), em base ao trinômio pleno emprego/estado do bem-estar social/planejamento, deixou de ser interessante aos olhos dos capitalistas na década de 70, quando a alternativa socialista representada pelo bloco soviético perdeu a sua credibilidade.

A contra-reforma neo-liberal, que tomou a forma do Consenso de Washington em relação aos países periféricos, não cumpriu as suas promessas. A economia mundial desacelerou e quase todos os países periféricos sofreram retrocessos sociais graves. O desemprego, o subemprego e a exclusão social explodiram, as desigualdades sociais se aguçaram, não só nos países periféricos<sup>27</sup>. O que o Consenso de Washington conseguiu foi freiar o desenvolvimento dos assim chamados NICs (países novamente industrializados), cuja concorrência tornara-se preocupante aos países do centro, e impedir que outros países periféricos seguissem o seu exemplo<sup>28</sup>.

Em realidade, registrou-se um forte contraste no desempenho econômico dos países periféricos que aplicaram o receituário do Consenso de Washington – este foi o caso do Brasil e da maioria dos países Latino-Americanos – e o grupo de países asiáticos que não entrou cegamente no jogo e conseguiu, assim, evitar o desastre<sup>29</sup>. Este atingiu o seu ponto culminante na Argentina. Em certo sentido, a descida da Argentina ao inferno significou para o Consenso de Washington o que a queda do muro de Berlim representou para o paradigma do socialismo real (sem que os fundamentalistas do mercado tenham renunciado ao seu discurso).

Uma questão polêmica diz respeito à incapacidade dos social-democratas europeus de resistirem à contra-reforma liberal, mesmo nos países em que estavam ou estão no poder, apesar da retórica da « Terceira via<sup>30</sup> ». Proclamar a recusa da sociedade de mercado ao aceitar incondicionalmente a economia de mercado é, como mostra a experiência, uma contradição em termos, que pesa sobre o futuro da União Européia.

A enumeração dos paradigmas falidos, descartados ou esgotados, não seria completa sem individualizar o caso de crescimento econômico rápido, sustentado por desigualdades sociais crescentes, em parte disfarçadas pelo recurso à inflação para tratar os conflitos distributivos, como ocorreu no Brasil nos anos do « milagre ». Este paradigma foi bem sucedido em termos de ritmo de crescimento do PIB e de transformação da estrutura produtiva através da industrialização rápida, que resultou na criação de um aparelho de produção completo, dotado inclusive de uma importante indústria de bens de capital. O fato de se tratar de um país de tamanho continental contribuiu para esta transformação, que trazia, no entanto, no seu bojo, conflitos

<sup>26</sup> *Um amigo meu, numa visita recente à China, topou com uma estalagem chamada de "Capitalismo vermelho". Não sei se o seu dono era cientista social.*

<sup>27</sup> *Para uma análise dos efeitos sociais deletérios do Consenso de Washington, veja-se entre outros o bem documentado informe da OIT, ILO (2004): Economic security for a better world, Genebra e os três volumes já citados do Wider.*

<sup>28</sup> *Veja-se sobre este ponto a análise de Luiz Carlos Bresser Pereira (citada a partir da palestra realizada por ele em Paris no dia 21 de setembro de 2004).*

<sup>29</sup> *J. Stiglitz, na época ainda economista-chefe do Banco Mundial, foi um dos primeiros críticos do Consenso de Washington.*

<sup>30</sup> *Uma verdadeira tentativa de terceira via aconteceu na Índia sob a inspiração de J. Nehru, com a implantação de uma democracia calcada no exemplo britânico, junto com uma economia planejada que adaptou o modelo de planejamento soviético e atribuiu um papel determinante no processo de desenvolvimento ao setor público. O modelo indiano de capitalismo de Estado era bem diferente do modelo de intervencionismo, posto em prática no Japão e voltado ao fortalecimento dos empresários privados. Para uma análise destes dois modelos, veja-se I. Sachs (1963), Patterns of Public Sector in Underdeveloped Economies, Asia Publishing House, New Delhi; tradução portuguesa sob o título Capitalismo do Estado e desenvolvimento: padrões de setor público em economias subdesenvolvidas, Ed. Vozes Limitada, 1969, Petropolis, RJ.*

sociais e danos ambientais que explicam, em boa parte, a quase estagnação da economia brasileira no último quartel de século, em violento contraste com o desempenho nas décadas 1930-1980.

O caso brasileiro é paradigmático, na medida em que o crescimento econômico rápido, sustentado por desigualdades sociais crescentes, está ocorrendo hoje em dois países continentais, atuais campeões da taxa de crescimento do PIB, ou seja, a China e a Índia.

Os avanços epistemológicos no aperfeiçoamento do conceito de desenvolvimento descritos na primeira parte deste estudo se contrapõem assim a um balanço decepcionante das trajetórias históricas da maioria dos países periféricos neste meio século, pendendo mais para o mau-desenvolvimento do que para o desenvolvimento autêntico. À luz desta constatação, compreende-se o desencanto das vítimas deste processo de mau-desenvolvimento e a crítica severa dirigida contra as políticas nacionais e internacionais, postas em prática, à ineficiência, para não dizer perfídia, dos mecanismos de ajuda dos países industrializados aos países periféricos e ao fracasso das sucessivas « décadas de desenvolvimento » promovidas pela ONU, da qual o último avatar são as Metas do Milênio.

Isto não significa, porém, que devemos abandonar o instrumental intelectual elaborado ao redor do conceito de desenvolvimento e esquecer o seu papel normativo, como postulam os partidários de « anti-pós-desenvolvimento » e de « decrescimento » (*décroissance*), particularmente vocais na praça de Paris<sup>31</sup>. Na realidade, as investidas contra o conceito de desenvolvimento vêm de duas fontes: por um lado, estão os desencantados pela falta de progresso e pela quebra das promessas feitas aos países periféricos e às massas deserdadas, e, por outro, os fundamentalistas verdes, partidários da « ecologia profunda » e adversários de crescimento econômico como tal. Na prática, as duas correntes convergem com a posição dos economistas neoliberais que, por acreditarem numa economia ahistórica e atópica, universalmente válida, e auto-administrada pelo mercado, tratam o desenvolvimento como um conceito redundante.

Em vez de abandonarmos o conceito de desenvolvimento aos seus detratores, devemos desfraldar a bandeira de um « novo desenvolvimentismo<sup>32</sup> » na busca de projetos nacionais de desenvolvimento, articulados ao redor da identidade nacional e voltados para a promoção do desenvolvimento de todo o homem e de todos os homens, ou seja, o « processo de ampliação das escolhas para que pessoas façam ou sejam o que elas prezam na vida<sup>33</sup> ». Para tanto, é necessário promover um exercício democrático de voluntarismo responsável, retomando a construção interrompida dos Estados-nações<sup>34</sup>, os quais têm ainda um longo futuro pela frente, ao contrário do que proclamam os ideólogos do globalismo.

Jean-Paul Sartre dizia que o homem é um projeto. *A fortiori* a sociedade humana deve aspirar a se dotar de um projeto. Como observou L. Mumford, as faculdades de comunicação linguística e de sonho deram ao homem um instrumento de antecipação, de invenção, de projeção, de transformação criadora e de verdadeira consciência antecipadora, transformando-o no mais plástico dos animais, única espécie a viver simultaneamente num meio físico e simbólico<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> Para uma refutação das suas teses, veja-se o livro já citado de ATTAC.

<sup>32</sup> É o título de um artigo de Luiz Carlos Bresser Pereira, publicado na Folha de São Paulo no dia 20 de setembro de 2004.

<sup>33</sup> UNDP (2004), *Cultural Liberty in Today's Diverse World*, p. 6: "Human development is the process of widening choices for people to do and be what they value in life".

<sup>34</sup> Um dos livros de Celso Furtado tem como título "A construção interrompida".

<sup>35</sup> Mumford, L. (1974), *La transformation de l'homme*, Paris, Payot. Veja-se também Rapaport, A. (1974), *Conflict in Man-made Environment*, Harmondsworth, Penguin Books, p. 51: "Uma casa não passa de um ninho complicado. Uma auto-estrada é uma trilha de vaca melhorada. Uma represa hidroelétrica assemelha-se a uma empresa de castores. Uma rede de pescador corresponde a uma tela de aranha. Mas o outro ambiente, o simbólico, não tem análogo no mundo não-humano. Entre os animais não existem precursores de poemas épicos, de monumentos, de cotações de bolsas, de marchas de protesto, de credos, de astronomia ou de astrologia".



## A DIMENSÃO CULTURAL DO PROJETO NACIONAL

A formulação de um projeto nacional de desenvolvimento implica um processo de invenção do futuro, o que o torna naturalmente tributário da cultura. Celso Furtado tem insistido, com razão, sobre esta articulação entre os dois conceitos centrais das ciências sociais contemporâneas. Tanto mais que o projeto nacional transcende, por fundamentais que sejam, as questões da transformação produtiva, da geração de oportunidades de trabalho decente e da ocupação territorial; ou melhor, as relaciona com as escolhas de estilos de vida, as maneiras de habitar o tempo<sup>36</sup>, de produzir o consumo<sup>37</sup>, de ser, de conviver, de brincar<sup>38</sup>. Não só de pão vive o homem. Como disse René Dubos « além da satisfação puramente orgânica que os animais experimentam, existe uma outra forma da alegria de viver – a felicidade – esta aparentemente reservada aos seres humanos<sup>39</sup>».

A formulação do projeto é indissolúvel da consolidação da identidade nacional, cimentada pela cultura comum. Na visão de Amílcar Cabral, a libertação nacional era, necessariamente, um ato de cultura, na medida em que o domínio imperialista teve como necessidade vital praticar a opressão cultural<sup>40</sup>. Por analogia, o desenvolvimento nacional é necessariamente um ato de cultura e só faz sentido quando parte da realidade de cada nação, outra idéia-força de Amílcar Cabral.

Voltamos aqui ao primeiro postulado do « Que fazer », o desenvolvimento deve ser endógeno, o que não significa autárquico ou fechado às mestiçagens fecundas. Como diz Mia Couto a respeito da África, mas a idéia vale certamente para o Brasil «o nosso continente é feito de profunda diversidade e de complexas mestiçagens...pois não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma<sup>41</sup>». E o autor explica como esta mestiçagem se faz:

A capulana pode ter origem exterior, mas é moçambicana pelo modo que a amarramos. E pelo modo como este pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a madioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso, porque o fomos caldeando à nossa maneira.

O potencial de desenvolvimento de um país depende, em primeira instância, da sua capacidade de se pensar; em segunda, da sua habilidade de colocar em obra o projeto; e, só em última instância, do grau de desenvolvimento do seu aparelho produtivo. Mia Couto tem razão ao dizer que « o maior empobrecimento provém da falta de idéias, da erosão da criatividade e da ausência interna do debate. Mais do que pobres, tornamo-nos inférteis», lamentando a falta, em Moçambique, da capacidade de gerar um pensamento original e soberano, que não anda a reboque daquilo que outros já pensaram.

Neste apelo em favor do desenvolvimento endógeno ele não está isolado. Fazemos nosso e extrapolamos para além da África o programa proposto por A.D. Traoré:

para domesticar o desenvolvimento, ou seja, parar de fazer com que seja um instrumento de transformação social, econômica e política, em nosso prejuízo, torna-se essencial de pensá-lo e de praticá-lo em função do que sabemos fazer com os recursos que estão à nossa disposição, numa pers-

<sup>36</sup> "Habiter le temps" é o título de um belo livro de Jean Cheneaux (1996), Bayard, Paris, que explora vários aspectos da temporalidade e convida a pensar o tempo como o alicerce constitutivo da condição humana. Ver também *Le temps et les cultures*, Unesco, 1976, Paris.

<sup>37</sup> Michel de Certeau estudou, no seu livro "L'invention du quotidien" (UGE, Paris, 1978), as diversas práticas e formas de produção do consumo quotidiano.

<sup>38</sup> Convém lembrar aqui a obra de J. Huizinga (1972), "Homo ludens: Essai sur la fonction sociale du jeu", Gallimard, Paris, sobre a função didática e não apenas lúdica do jogo. Ao brincar não só brincamos mas aprendemos a ser homens.

<sup>39</sup> Dubos, R. (1977), *Choisir d'être humain*, Denoel, Paris, p. 206.

<sup>40</sup> Cabral, A. (1999), *Nacionalismo e cultura*, Edições Laiovento, Santiago de Compostela.

<sup>41</sup> Couto, M. "A fronteira da cultura", *Espaço África*, Setembro/Novembro 2003, pp. 95-102.

pectiva que nos é própria ou pelo menos na qual nos reconhecemos. Cada aspecto de nossa existência se presta a este trabalho de redefinição e de reorientação: a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o vestuário, o Estado, a governança, a descentralização, a democracia e, sem dúvida, a luta contra a pobreza.<sup>42</sup>

Michel de Certeau, autor de um livro intitulado **A cultura no plural**<sup>43</sup>, distinguiu seis empregos diferentes da palavra cultura. Para operacionalizar a interface entre o desenvolvimento e a cultura, conceito eminentemente polissêmico, nos contentaremos com três facetas da cultura:

## A CULTURA SEGUNDO OS ANTROPÓLOGOS

Para os antropólogos a cultura se define como o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade<sup>44</sup> ou ainda « o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social<sup>45</sup> ». A cultura assim definida contém, na interpretação de Alfredo Bosi, a idéia do porvir, a dimensão de *projeto*, implícita no mito de Prometeu.

Na leitura de De Certeau, a cultura se afigura como um conjunto das práticas cotidianas e múltiplas artes de fazer, combinatórias das operações dos usuários (consumidores), do uso subversivo que fazem dos objetos e da apropriação do espaço<sup>46</sup>. Ao realçar essa criatividade cotidiana da cultura popular, o autor põe em guarda contra a ameaça que pesa sobre ela, em virtude da ação colonizadora da mídia, que impõe padrões passivos de consumo e assim transforma o « povo » em « público »<sup>47</sup>.

É claro que a palavra cultura deve ser usada no plural e analisada na sua evolução contínua. Várias culturas e contraculturas<sup>48</sup> coexistem na cultura nacional, dando lugar à mestiçagem já mencionada, mas gerando também conflitos, atritos e até exclusões, que as sociedades multiculturais, frequentemente, enfrentam. Por isso, a expansão das liberdades culturais, parte dos direitos humanos fundamentais, constitui-se num dos objetivos fundamentais do desenvolvimento, como destaca o Relató-

<sup>42</sup> Traoré, A. D. (1999), *L'éteau - l'Afrique dans un monde sans frontières*, Actes Sud, p. 137. Veja-se também o livro do grande historiador africano Joseph Ki-Zerbo (2003), *A quand l'Afrique? - Entretien avec René Holenstein*, Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues.

<sup>43</sup> *La culture au pluriel*, 1993, Seuil, Paris, pp. 167-170.

<sup>44</sup> Sobre esta definição formulada por Edward Tylor, em 1871 e publicada no seu livro *Primitive Culture*, citada aqui na tradução de Roque de Barros Laraia (2004, 17ª edição), *Cultura, um conceito antropológico*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, p. 25, diferentes escolas de antropologia propuseram inúmeras variações. Ver em particular A. L. Kroeber e C. Kluckhohn (sem data), *Culture. A critical review of concepts and definitions*, A Vintage Book, New York; Benedict, R. (1934), *Patterns of Culture*, The Riverside Press, Cambridge, Massachusetts; Firth, R., editor (1964), *Man and Culture, an Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*, Harper and Row, New York e Kroeber, A.L. (1969), *El estilo y la evolución de la cultura*, Ed. Guadarrama, Madrid. Não posso deixar de registrar aqui a minha dívida pessoal com o livro de S. Czarnowski, discípulo de Durkheim, 1938, *Kultura*, reproduzido em obras completas do autor, *Studia z historii kultury*, volume I, 1956, PWN, Varsóvia.

<sup>45</sup> Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, p. 16.

<sup>46</sup> O estudo do homem no seu cotidiano nos remete à história etnológica, que tanto se desenvolveu sob o impulso da escola histórica dos Annales. Veja-se Le Goff, J. (1973) "L'historien et l'homme quotidien" in *Melanges*, en l'honneur de Fernand Braudel, tome II, pp. 233-243 e Burguière, A. (1988), "L'anthropologie historique", in Le Goff, J. (sous la direction de), *La nouvelle histoire*, Editions Complexe, Bruxelles, P. 137-163. Burguière observa que, embora recente, esta disciplina teve precursores na historiografia do século XVIII e cita Legrand d'Aussy, *Histoire de la vie privée des Français*, publicada em 1782.

<sup>47</sup> Este tema foi retomado no contexto brasileiro num artigo recente pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (Macunaíma, subdesenvolvimento e cultura, mimeo, setembro, 2004). O texto aponta a vulnerabilidade ideológica potencializada pela hegemonia cultural das grandes potências e a consciência colonizada das elites dirigentes tradicionais. Insiste sobre a auto-estima como componente fundamental do projeto nacional.

<sup>48</sup> Ver Roszak, Th. (1968), *The Making of a Counter Culture*, Doubleday and Co., New York.

rio do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano 2004<sup>49</sup>. O multiculturalismo baseado na liberdade cultural, que nada tem a ver com o apego à tradição petrificada, leva a uma perspectiva diametralmente oposta às teses de Samuel Huntington sobre o choque das civilizações e a superioridade da cultura branca<sup>50</sup>.

A cultura, segundo os antropólogos, é um conceito holístico. Porém, no seu bojo surgem culturas particulares que caracterizam a maneira de exercer certas profissões e funções sociais, assim falamos da cultura jurídica, econômica, política etc. Por extensão, pode-se falar da cultura do desenvolvimento, assunto ao qual retornaremos na parte final deste trabalho.

## CULTURA E NATUREZA

A segunda dimensão da cultura pertinente para o nosso propósito é aquela dos conhecimentos acumulados pelas sociedades humanas sobre o meio-ambiente em que vivem e do qual extraem os seus meios de vida (na definição de Karl Polanyi, *livelihoods*), num relacionamento idealmente simbiótico entre a humanidade e a natureza<sup>51</sup> que, na prática, se traduz muitas vezes pela apropriação predatória dos recursos naturais.

A história da cultura material teve um notável desenvolvimento nas últimas décadas. Outra vez a *École des Annales* se destacou. Fernand Braudel deu a primeira grande síntese da história da cultura material dos séculos XV-XVIII, no volume da sua monumental obra sobre a civilização material, economia e capitalismo, dedicado às estruturas do cotidiano<sup>52</sup>.

O conceito de *recurso natural* é um conceito histórico e cultural: é o conhecimento que leva a transformar elementos do meio ambiente em recursos para uma produção considerada útil. É recurso hoje o que não era recurso ontem, será recurso amanhã o que não é ainda recurso hoje e assim por diante. As estratégias de desenvolvimento devem sempre ser *intensivas em conhecimento*, outro vínculo com a cultura. Um país como o Brasil deve ser esforçar por definir estratégias intensivas em conhecimento e em mão de obra e poupadoras de capital e de recursos escassos. Esta equação difere da dos países industrializados.

Cada geração reescreve a história universal, colocando-lhe novas perguntas. Precisamos de uma história ecológica da humanidade, explorando, sistematicamente, a matriz *ecossistemas/culturas* de maneira a comparar a variedade das respostas dadas por diferentes culturas ao desafio constituído por ecossistemas similares e o grau de adaptabilidade de uma cultura a diferentes ecossistemas materializados na invenção de uma enorme variedade de formas de atendimento às suas necessidades básicas em matéria de alimentação, habitat, energia, vestuário etc.

A compilação de uma tal matriz teria uma grande utilidade pedagógica e heurística na busca de caminhos para o desenvolvimento ambientalmente sustentável. A matriz pode ser lida de duas maneiras:

<sup>49</sup> "Uma outra dimensão, difícil de medir e mesmo de definir, é vitalmente importante: a liberdade cultural é central para a aptidão das pessoas a viver como gostariam (...) A liberdade cultural diz respeito à liberdade das pessoas a escolherem as suas identidades – e a levar a vida que prezam, sem serem excluídas de outras escolhas para elas importantes como a educação, a saúde ou as oportunidades de emprego." Citado a partir da edição em inglês, p. 6.

<sup>50</sup> Veja-se a respeito a palestra de Carlos Lopes proferida na UFAL em setembro de 2004, "O desafio ético de um desenvolvimento com diversidade". As duas obras questionadas de S. Huntington são: *The Clash of Civilizations and the Remaking the World Order*, 1996, Simon & Schuster, Londres e *Who are We? America's Great Debate*, Simon & Schuster, Londres.

<sup>51</sup> Ver Dubos, R. "Symbiosis between man and earth", *Science*, volume 193, nº 4252, 6 de agosto de 1976.

<sup>52</sup> Braudel, F. (1979), *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XV-XVIII siècle, tome I, Les structures du quotidien: le possible et l'impossible*, Armand Colin, Paris. Veja-se também o artigo do arqueólogo Peséz, J.-M. (1988), « Histoire de la culture matérielle », in Le Goff, J. (sous la direction de), *La nouvelle histoire*, Editions Complexe, Bruxelles, pp. 191-227, o qual destaca as contribuições dos arqueólogos e historiadores russos e poloneses ao estudo da história da cultura material.

- horizontalmente, mostrando a variedade das respostas dadas aos desafios da vida quotidiana por diferentes culturas vivendo em ecossistemas similares, por exemplo, comparando as culturas dos povos da floresta tropical úmida na América Latina, África, Ásia e Oceania;
- verticalmente, mostrando a adaptabilidade de uma cultura (por exemplo a cultura árabe) aos diferentes meios naturais (do litoral atlântico até a Indonésia, passando pelo Saara).

A partir dos conhecimentos, assim articulados, poderia-se definir linhas de co-opeção internacional entre países que compartilham ecossistemas semelhantes e explorar novas respostas aos desafios de sempre, pautadas no princípio de prudência ecológica e no conceito de possibilismo cultural, rejeitando os determinismos geográficos rígidos. Nesta perspectiva, os países tropicais constituem, no dizer de Pierre Gourou, « terras de boa esperança » mais do que « tristes trópicos »<sup>53</sup>.

### CULTURA COMO ATIVIDADE CRIADORA

A palavra cultura refere-se também ao conjunto das atividades criadoras e artísticas no âmbito das artes eruditas e populares e das práticas lúdicas.

Pelo que já foi dito, trata-se de um setor da maior importância para a consolidação da identidade nacional, para o estímulo da auto-confiança e para a organização do tempo de não-trabalho, que constitui um componente fundamental dos nossos modos de vida e do nosso desenvolvimento pessoal. De Certeau contesta com razão a convicção que impera no Ocidente há quatro séculos, de que o desenvolvimento pessoal esteja conectado essencialmente com o trabalho produtivo<sup>54</sup>, embora convenha distinguir o lazer dos que desfrutam de um trabalho decente daqueles que estão condenados aos campos de concentração da ociosidade forçada dos desempregados (a imagem é do romancista italiano Carlo Levi).

Segundo o presidente do BNDES, Carlos Lessa, 12 a 15 por cento da força de trabalho no Brasil opera para atender as horas de não-trabalho dos cidadãos, o que mostra que o não-trabalho é fonte de atividades econômicas diversas, geradoras de emprego e renda, as quais podem ser estimuladas pela criação de ambientes propícios à convivialidade; Carlos Lessa sugere, por exemplo, a recuperação de praças públicas<sup>55</sup>. Nas cidades litorâneas as praias constituem um espaço privilegiado e democrático de convivialidade<sup>56</sup>.

Carecemos de dados consistentes sobre o peso econômico das assim chamadas « indústrias criativas » e das atividades culturais em geral. Segundo Márcio Augusto Freitas de Meira, Secretário do Minc, citando estudos da Fundação João Pinheiro realizados há alguns anos, a economia da cultura representa pelo menos 2% do PIB nacional, ou seja, movimenta pelo menos 1 bilhão de dólares/ano (dados de 2001). Segundo o autor, um estudo mais atualizado aumentaria este patamar significativamente. Uma publicação da Fundação Carlos Chagas<sup>57</sup> estimou em 3,8% a participação da cultura no PIB do Estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, em 2001, o então Ministro da Cultura Francisco Weffort estimou que para cada milhão gasto em cultura o país gerava 150 postos de trabalho.

O seu estímulo passa pela expansão da infraestrutura cultural do Brasil, que é ainda incipiente. Segundo dados do IBGE, 52,7% dos 5.560 municípios não têm livrarias, 21,3% não têm biblioteca pública, 79,4% não têm emissora de rádio AM, 61,7%

<sup>53</sup> Veja-se Sachs, I. (2000) "Brésil : tristes tropiques ou terre de bonne espérance ? Tropicalité, tropicologie et développement" in Hérodote. Revue de Géographie et de Géopolitique, Paris, n° 98 (N° thématique : Nation Brésil), 3e trimestre 2000, pp.184-201 e Sachs, I. (2002), "Dos tristes trópicos aos trópicos alvissareiros", no livro com o mesmo título organizado por Lúcia Carvalheira Cunha e Sebastião Vila Nova, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife, 2002, p. 23-69.

<sup>54</sup> De Certeau, M. (1993), *La culture au pluriel*, Seuil, Paris, p. 171.

<sup>55</sup> Entrevista com Carlos Lessa, "Nação e povo. Na praça", *Carta Capital*, 1º de setembro de 2004.

<sup>56</sup> Seria interessante estimar o volume de atividades econômicas que giram ao redor da praia como espaço de vida.

<sup>57</sup> Prestes Filho, L. C. *A Economia da Cultura, a força da indústria cultural no Rio de Janeiro. (a completar)*

não têm emissora de rádio FM, 50,7% não têm lojas de discos, 92,4% não têm salas de cinema, 35,9% não têm videolocadoras, 82,2% não têm museus, 81,2% não têm teatros nem salas de espetáculos<sup>58</sup>. A ampliação desta infraestrutura afigura-se como uma tarefa urgente e um campo atraente para parcerias público-privadas.

A recente conferência da UNCTAD, realizada em São Paulo em junho de 2004, apontou a importância das indústrias criativas nos países periféricos. O sucesso retumbante dos pavilhões de arte popular e de arte indígena na Mostra do Redescobrimto mostrou as potencialidades do Brasil em matéria de artesanato artístico, um complemento significativo de renda das famílias rurais no contexto da sua pluriatividade. A expansão econômica do setor cultural afigura-se, portanto, como uma frente significativa da batalha pela geração de empregos e promoção de empreendimentos de pequeno porte que encontram, neste setor, oportunidades excepcionais. O caminho passa pela promoção regular de concursos para artistas populares com numerosos prêmios de aquisição (para constituir acervos para exposições e museus) e bolsas de aperfeiçoamento (transformando-os em Mestres capacitadores e multiplicadores de seus saberes e fazeres), abertura de escolas vocacionais de segundo grau, incentivo às cooperativas de artesãos e organização do seu acesso ao mercado (compras públicas, rede de hotéis e restaurantes, exportação).

Dito isso, a atividade artística tem um significado que transcende a economia do mercado. Ela deve ser encorajada por todos os meios como um vetor da plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira extremamente positiva de usar o tempo de não-trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional. O ato criativo vale por si só. Certas tribos da Oceania organizavam corridas e disputadas competições de desenho sobre a areia da praia. A efemeridade das obras que em poucas horas viriam a ser apagadas pela maré em nada diminuía o prazer e a emoção dos artistas e o prestígio dos vencedores. A criação materialmente desinteressada, empreendida por artistas amadores de todas as idades e em todas as áreas artísticas, merece toda a atenção mesmo quando não resulta em atividades econômicas. Ao estimulá-la, o Estado contribuirá à efetivação do direito fundamental à cultura.

Portanto, o desenvolvimento da cultura não deve ser postergado às agendas gregas, quando houver folgas no orçamento nacional. Ao contrário, numa visão do desenvolvimento livre dos preconceitos redutores do economicismo e da preocupação exclusiva com o consumismo, a cultura merece uma alta prioridade no projeto nacional. Ela não é uma flor na lapela, um luxo de gente rica e sim uma necessidade fundamental e uma fonte de alegria, vivenciada como tal em todas as sociedades humanas, inclusive as que estão submetidas às privações materiais mais extremas.

Coube a Marshall Sahlins a demonstração de que mesmo as sociedades mais primitivas, longe de ocupar todo o seu tempo na luta pela obtenção de meios de subsistência, dispõem de tempo para atividades não econômicas, conviviais, lúdicas e culturais, contentando-se com um consumo material extremamente frugal e comportando-se como as "primeiras sociedades de abundância"<sup>59</sup>. Assim, o tempo de trabalho não é um recurso escasso nas sociedades primitivas. Isto nos leva à questão dos modelos culturais de uso do tempo, fundamental para descrever e entender os **estilos de desenvolvimento**<sup>60</sup> que consistem em combinações de usos de tempo com padrões de consumo e modos de viver.

<sup>58</sup> Dados extraídos de *Perfil dos Municípios Brasileiros*, citados por *Desafios do Desenvolvimento*, número 2, Setembro de 2004.

<sup>59</sup> Sahlins, M.D. (1972) *Stone Age Economics*, Aldine, Chicago. Neste livro, fundamental para a elaboração de uma economia antropológica, Sahlins cita uma tribo onde cada dia de trabalho era seguido por um dia de descanso. Se por uma razão qualquer se deveria trabalhar vários dias seguidos, este período de trabalho intenso era seguido pelo mesmo número de dias de descanso. Veja-se, ainda, a título de um exemplo entre muitos, o belo livro de Laurens Van der Post (2003), *Le monde perdu du Kalahari*, Payot, Paris, uma verdadeira elegia pela cultura desaparecida dos Boshimans, os quais, vivendo num meio material particularmente hostil, sabiam se contentar com pouquíssimos bens materiais e tinham, no entanto, uma rica vida musical.

<sup>60</sup> Sobre a noção de estilo, veja-se o livro já citado de Kroeber, A.L. (1957), *Styles and Civilization*, Cornell University Press, Ithaca e Fourastié, J. (1970), *La civilisation de 1975*, PUF, Paris. Para distinguir entre o gênero de vida do padrão de vida, este autor utiliza indicadores não mensuráveis em dinheiro, mas suscetíveis de quantificação, sem incluir avaliações puramente qualitativas.

A percepção do tempo e a sua valorização variam entre as diferentes culturas e, portanto, constituem uma das suas características marcantes. Vale a pena citar neste contexto uma reflexão de Gilberto Freyre:

Com o mundo a caminhar, pela automação cada dia mais rápida, para uma civilização antes de lazer organizado, ou coordenado, mas não dirigido, do que de trabalho arregimentado, o sentido hispânico de tempo ou o ritmo hispânico de vida pode vir a ser um sentido de tempo ou um ritmo de vida que os homens de outras civilizações precisem aprender do hispano. O hispano pode vir a ser o mestre de uma sabedoria tida, durante muitos séculos, no Ocidente, por hediondo vício: o vício da soberania do homem sobre o tempo, no gozo da vida e na apreciação dos seus valores, com as suas inevitáveis decorrências de impontualidade e de lentidão<sup>61</sup>.

## OS MODELOS CULTURAIS DO TEMPO

Grupos sociais, gêneros e faixas etárias ostentam modelos culturais distintos. Porém todos eles podem ser analisados a partir da articulação dos tempos de *homo faber*, *homo civis* e *homo ludens*, sem esquecer o tempo de repouso biologicamente condicionado. O tempo de *homo faber* se subdivide em tempo de atividades econômicas *heterônomas* na economia de mercado e de atividades econômicas *autônomas* fora do mercado (a distinção é de Ivan Illich<sup>62</sup>, retomada também por André Gorz).

Os usos do tempo se organizam em função de uma escala de valores culturalmente transmitida (o peso vivo do passado) e socialmente validada, e são condicionados pelo acesso aos diferentes tipos de espaços capazes de acolher as atividades empreendidas (casas para morar, ruas para andar, oficinas para trabalhar etc.). Por isso, devemos considerar os *tempos-espaços de desenvolvimento*<sup>63</sup> como a matriz da reflexão sobre o projeto nacional.

O estudo dos modelos culturais de tempo está em grande parte por fazer e muito lucraria ao ser abordado numa perspectiva comparativa. Dele dependemos para compreendermos melhor onde se situam os patamares de mudança de comportamentos econômicos. Em que momento e sob que condições as populações adotam a racionalidade do mercado<sup>64</sup>?

Como elas modificam a repartição entre os tempos de trabalho e de não-trabalho e a divisão de trabalho entre os gêneros e as gerações, em função do progresso técnico, da evolução dos mercados, da existência de escolas, creches? Em particular, como o progresso técnico incidente sobre as atividades econômicas fora do mercado

<sup>61</sup> Freyre, Gilberto (1975) *O Brasileiro entre os outros hispanos*, José Olympio, Rio de Janeiro, p. XLVII. Ver também Gourevitch, A. Y. (1975), *Le temps comme problème d'histoire culturelle*, in *Au carrefour des cultures. Les cultures et le temps (études préparées pour l'Unesco)*, Payot, Paris, pp. 257 a 276.

<sup>62</sup> Illich, Ivan (1977), *Le chômage créateur*, Seuil, Paris.

<sup>63</sup> Para maiores detalhes, ver o meu livro *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*, 1986, Edições vértice, São Paulo e, em particular, os ensaios sobre a invenção do futuro, a lógica do desenvolvimento, os tempos-espaços do desenvolvimento, estilos de vida e planejamento, o potencial de desenvolvimento endógeno.

<sup>64</sup> Em um artigo publicado em 1966, (« *La Notion de surplus et son application aux économies primitives*», *L'Homme. Revue française d'anthropologie*. Vol. VI, n°3) citei a canção de um polinésio, que me foi comunicada por um antropólogo australiano. Em resumo, o cantor diz que bem que gostaria de beber umas cervejas, mas que para isso teria que caminhar até a cidade próxima, carregando um saco pesado de nozes. As nozes valem pouco e a cerveja é cara. Na circunstância, já que o dinheiro não serve para nada, ele prefere se deitar à sombra de uma palmeira e pedir à mulher que prepare vinho de palma. Esta canção é todo um programa de pesquisas: a atitude do nosso cantor mudaria se os termos de troca entre as nozes e a cerveja fossem mais favoráveis? Caso houvesse uma linha de ônibus que permitisse poupar a fadiga da longa caminhada?

afeta a repartição do tempo poupado na produção da subsistência e liberado para outras atividades econômicas e/ou culturais<sup>65</sup>?

## PONTEIROS PARA A AÇÃO

A análise das interfaces entre o desenvolvimento e a cultura, realizada acima, leva à formulação de algumas sugestões de ação futura:

1) O conjunto das reflexões apresentadas neste trabalho configura o que poderíamos chamar de *cultura do desenvolvimento*. Quer nos parecer que a integração da cultura do desenvolvimento na educação cidadã contribuiria para criar um clima propício a uma ampla participação no tão importante debate societal sobre o projeto para o Brasil.

A integração da cultura do desenvolvimento deve, provavelmente, se fazer em todos os níveis de ensino, certamente o secundário e o superior, não como uma disciplina à parte, e sim como um conjunto de conceitos e conhecimentos, permeando as disciplinas tradicionais e inspirando atividades extra-curriculares.

Uma tarefa importante é a iniciação à cultura do desenvolvimento dos futuros profissionais de todas as áreas, médicos, engenheiros, agrônomos etc. Não se deve limitar o público aos futuros economistas e cientistas sociais, bem ao contrário.

No que diz respeito à escola primária rural, valeria, talvez, a pena retomar o debate sobre o seu papel ativo no desenvolvimento local, confiando aos alunos certas responsabilidades permanentes na gestão do meio-ambiente, ensinando-lhes as práticas agrícolas ao produzirem os alimentos necessários à merenda escolar, treinando os professores como verdadeiros agentes de desenvolvimento local<sup>66</sup>.

2) A cultura do desenvolvimento afigura-se como um ponto de entrada para o diálogo intercultural a todos os níveis: interregional, internacional, intergeracional, interétnico, fundamental para incentivar os processos de mestiçagem cultural, cuja importância já foi destacada.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa oferece um terreno particularmente interessante para este diálogo.

3) Entre as prioridades de pesquisa identificadas ao longo deste trabalho mencionaremos:

- o estudo do potencial de emprego, geração de renda e promoção de empreendimentos de pequeno porte nas indústrias criativas e nas atividades culturais em geral, incluindo os empregos que giram ao redor do tempo de não-trabalho da população;
- a avaliação das demandas de infraestrutura para a promoção de atividades culturais amadoras;
- o estudo dos modelos culturais de tempo e dos estilos de vida; e
- o impacto do progresso técnico sobre as atividades de subsistência e a utilização do tempo liberado para atividades culturais.

<sup>65</sup> As atividades de subsistência ocupam uma grande parte do tempo de trabalho nos assim chamados países menos desenvolvidos. Por isso, a sua racionalização e modernização teria um impacto positivo e imediato sobre o bem estar das populações. Daí a importância de disseminação das técnicas que poupam tempo e recursos na produção de alimentos, provisionamento de água e de energia. Ver sobre este ponto Sachs, I (2004), "From Poverty Trap to Inclusive Development in LDCs", *Economic and Political Weekly*, volume XXXIX, N° 18, 1° de maio de 2004, pp. 1802 a 1811, documento preparado para a Unctad.

<sup>66</sup> Estas questões foram levantadas no fim dos anos 70 no contexto da reforma educacional do Peru, porém o projeto que a Unesco empreendeu foi interrompido.